



Caderno de Provas

CPG 71 – NS

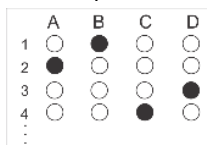
ASSISTENTE SOCIAL

**Editais Nº. 001/2023 –
Prefeitura Municipal de Guimarães/RN**

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 15 (quinze) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Lógica e 25 (vinte e cinco) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	15 questões	30 pontos
Lógica	10 questões	20 pontos
Conhecimentos específicos	25 questões	50 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 15 referem-se ao texto reproduzido abaixo.

A superioridade do setor público na área educacional

Otaviano Helene

Um dos “argumentos” frequentemente usados para justificar as privatizações, sejam elas feitas diretamente ou por meio de parcerias com fundações e associações, compra de serviço, terceirização, subvenção ao setor privado, entre outras, é a hipótese de que o setor privado é mais eficiente que o setor público. Entretanto, essa hipótese está errada.

Vejamos o caso do ensino superior. Quanto ao aspecto apenas financeiro ou econômico, é fácil verificar a superioridade do setor público: o custo de manutenção de um estudante em um curso na USP é inferior ao custo em um mesmo curso e com a mesma qualidade oferecido pelo setor privado. Para ilustrar isso, vamos examinar o orçamento da USP.

Como o objetivo aqui é comparar os custos do ensino, as despesas com aposentadorias e pensões devem ser subtraídas do orçamento da USP, uma vez que elas não são despesas educacionais e, nas instituições privadas, elas são feitas pelo INSS ou por fundos de aposentadoria e, portanto, não estão no orçamento da instituição. Um segundo aspecto diz respeito às despesas com pesquisa, feitas pela e na Universidade, que não devem ser incluídas como despesas com ensino uma vez que elas são, nas contas nacionais, incluídas nas despesas com ciência e tecnologia; incluí-las também como despesas com educação seria fazer uma dupla contabilidade. (Essas despesas com pesquisa em instituições de ensino foram estimadas com base em recomendações internacionais padronizadas, descritas no Manual de Frascati, documento comumente utilizado no Brasil como referência para cálculo dos investimentos em ciência e tecnologia, como, por exemplo, nos Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo em 2010, publicados pela Fapesp.)

Nas estimativas apresentadas a seguir, foram considerados os orçamentos das várias unidades, acrescidos das despesas não alocadas a unidades específicas (prefeituras dos campi, Reitoria etc.), que foram distribuídas pelas unidades na proporção do número de alunos. No caso de algumas unidades que oferecem cursos a estudantes de outras unidades em quantidade significativa, parte do orçamento foi atribuída àquelas unidades que recebem os cursos. Os orçamentos dos hospitais, dos museus, da Edusp e de alguns outros órgãos cujas atividades não são exclusivamente, ou, pelo menos, majoritariamente destinadas ao ensino, foram parcialmente distribuídos por todas as unidades na proporção das matrículas, ou, quando era o caso, apenas pelas unidades cujas atividades eram mais próximas às daqueles órgãos.

É possível analisar os custos por aluno dos vários cursos separando-os em três grupos: cursos cujas cargas horárias dos estudantes são grandes e os laboratórios bastante complexos, sendo Medicina o mais típico deles; cursos com cargas horárias intermediárias e com laboratórios relativamente complexos, como os das áreas de ciências básicas ou Engenharia; e cursos que não exigem laboratórios ou estes se resumem a sistemas de computação, como, por exemplo, Matemática ou os cursos de humanidades. As despesas por estudante foram calculadas considerando-se matrículas de graduação e de pós-graduação. Usando as informações do Anuário Estatístico da USP, podemos estimar os custos mensais de um estudante em cada um desses três grupos. A valores atualizados para 2022, eles são da ordem de R\$ 6.000, R\$ 4.000 e R\$ 2.500, respectivamente. Esses valores estão abaixo dos valores das mensalidades dos cursos das mesmas áreas e com qualidade equivalente nas instituições privadas.

Caso as despesas com pesquisa, estimadas como sendo da ordem de 25% do orçamento total da Universidade, não tivessem sido excluídas, ainda assim o custo de uma matrícula na USP estaria abaixo da praticada pelo setor privado, sempre considerando cursos equivalentes.

Vale observar que esses valores estimados têm incertezas devidas a muitos fatores. Por exemplo, vários orçamentos, como do centro esportivo ou da assistência estudantil, foram distribuídos pelas unidades na proporção da quantidade de estudantes, apesar de o uso desses recursos poder variar entre estudantes das diferentes unidades, dos cursos noturno e diurno etc. Os custos dos diferentes cursos em cada um daqueles três grupos também variam, assim como o custo em um mesmo curso em *campi* diferentes. Essas variações são, em média, da ordem de 20% ou 30%. Entretanto, como o orçamento total é fixo, caso os valores para alguns cursos tenham sido subestimados, outros, necessariamente, estarão superestimados e, portanto, não deve haver um erro para menos ou para mais em todas as estimativas.

Essas estimativas estão de acordo com outras feitas ao longo das últimas duas décadas, algumas delas publicadas no Jornal da USP. Esse fato mostra que não houve mudanças na tendência geral, quer quanto ao valor dos investimentos por aluno, quer quanto à comparação entre os setores público e privado.

CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN
EDITAL Nº 001/2023

Situação similar ocorre na educação básica. Dadas as mesmas condições econômicas e sociais dos estudantes e considerando uma mesma região do País, estudantes das instituições privadas só apresentam um desempenho equivalente ao dos estudantes das escolas públicas quando seus orçamentos, por matrícula, são bem superiores aos orçamentos das escolas públicas. Essa afirmação tem como base análise dos microdados do Enem.

Como regra, embora possa haver exceções, o setor público oferece um atendimento aos estudantes melhor do que o oferecido pelo setor privado cujas instituições têm o mesmo orçamento por pessoa matriculada. Como corolário dessa constatação, com a mesma quantidade de recursos por aluno, o setor público obtém melhor desempenho que o setor privado, tanto no ensino superior como na educação básica.

Não é apenas na educação que o setor público se mostra mais eficiente e obtém melhores resultados. Na área de saúde ocorre o mesmo: nenhum sistema privado de saúde conseguiria o desempenho do SUS com um orçamento equivalente, da ordem de R\$ 150 por mês e por pessoa, aí incluídas as despesas da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Além da questão meramente financeira, há muitos pontos positivos a favor do ensino público em comparação com o ensino privado. O setor público, por não cobrar mensalidades, não depende da capacidade da população para arcar com as despesas educacionais. Assim, ele pode oferecer o curso mais necessário em cada região, independentemente do poder aquisitivo da população local, coisa impossível no caso de instituições privadas. É comum, nas instituições públicas, o oferecimento, aos estudantes, de alimentação subsidiada, moradia e atendimento em saúde; a evasão tende a ser menor do que nas instituições privadas e o acesso aos professores, maior. As possibilidades de atividades culturais e esportivas são maiores nas instituições públicas.

Talvez haja alguns pouquíssimos casos em que seja mais favorável uma colaboração com entidades não governamentais para superar alguns problemas específicos e em alguns momentos. No entanto, como regra e na enorme maioria dos casos, a privatização da educação escolar, ainda que parcialmente, é uma péssima ideia e uma prática que deve ser repudiada. Por implicar piores desempenhos com a mesma quantidade de recursos, é muito ruim, especialmente em um país carente de ensino e de profissionais e com recursos financeiros também limitados.

Disponível em: <<https://jornal.usp.br>>. Acesso em 01 jul. 2023.[Adaptado]

01. No texto, há um predomínio do tipo

- A) explicativo, em que se desenvolve um movimento de refutação de uma tese anterior.
- B) explicativo, em que se desenvolve um movimento de ratificação de uma tese anterior.
- C) argumentativo, em que se desenvolve um movimento de refutação de uma tese anterior.
- D) argumentativo, em que se desenvolve um movimento de ratificação de uma tese anterior.

02. Ao concluir o texto, o autor

- A) é categórico ao considerar como improdutivo a parceria entre o público e o privado na educação.
- B) modaliza o discurso ao se referir à necessidade de parceria entre o público e o privado na educação.
- C) é categórico ao considerar todo e qualquer processo de privatização da educação com algo fadado ao insucesso.
- D) modaliza o discurso ao se referir ao caráter nocivo da privatização em países com sistema educacional deficitário.

03. Sobre a progressão do tema, é correto afirmar:

- A) no parágrafo 9 é desenvolvida ideia que se contrapõe ao que é abordado entre os parágrafos 2 e 8.
- B) o parágrafo 7 é desenvolvido por comparação e ele tão somente reforça a ideia do parágrafo anterior.
- C) do parágrafo 2 ao 8 é abordado um dos aspectos do tema; há uma mudança de foco no parágrafo 9.
- D) o parágrafo 12 sinaliza que a abordagem do tema se dá, exclusivamente, pelo viés da questão financeira.

04. Apresenta propósito comunicativo semelhante ao do texto desta prova o gênero textual

- A) editorial.
- B) notícia.
- C) artigo informativo.
- D) relatório técnico.

As questões 5 e 6 referem-se ao trecho reproduzido abaixo.

Como regra, embora possa haver exceções, o setor público oferece um atendimento aos estudantes melhor do que o oferecido pelo setor privado **cuja**s instituições têm o mesmo orçamento por pessoa matriculada. Como **corolário** dessa constatação, com a mesma quantidade de recursos por aluno, o setor público obtém melhor desempenho que o setor privado, tanto no ensino superior como na educação básica.

05. A palavra “cuja”, nesse contexto linguístico,

- A) é pronome possessivo variável, estabelece relação de posse e exerce a função de adjunto adverbial.
- B) é pronome possessivo invariável, estabelece relação de posse e exerce a função de adjunto adverbial
- C) é pronome relativo invariável, estabelece relação de posse e exerce função sintática de adjunto adnominal.
- D) é pronome relativo variável, estabelece relação de posse e exerce função sintática de adjunto adnominal.

06. O uso da palavra “corolário” remete a

- A) um fato que se opõe a outro.
- B) uma situação que exclui a outra.
- C) um fato que se sobrepõe a outro.
- D) uma situação que é decorrente de outra.

07. Leia o trecho abaixo.

Essas variações são, em média, da ordem de 20% ou 30%. **Entretanto, como** o orçamento total é fixo, **caso** os valores para alguns cursos tenham sido subestimados, outros, necessariamente, estarão superestimados e, **portanto**, não deve haver um erro para menos ou para mais em todas as estimativas.

Sobre as palavras “entretanto”, “como”, “caso” e “portanto”, nesse trecho, é correto afirmar:

- A) “entretanto” interliga orações e estabelece relação de contraposição; “como” interliga orações e estabelece relação de comparação; “caso” interliga orações e estabelece relação de finalidade; “portanto” interliga orações e estabelece relação de conclusão.
- B) “entretanto” interliga períodos e estabelece relação de contraposição; “como” interliga orações e estabelece relação de causa; “caso” interliga orações e estabelece relação de condição; “portanto” interliga orações e estabelece relação de conclusão.
- C) “entretanto” interliga períodos e estabelece relação de conclusão; “como” interliga orações e estabelece relação de explicação; “caso” interliga orações e estabelece relação de finalidade; “portanto” interliga orações e estabelece relação de contraposição.
- D) “entretanto” interliga períodos e estabelece relação de conclusão; “como” interliga orações e estabelece relação de conformidade; “caso” interliga orações e estabelece relação de condição; “portanto” interliga orações e estabelece relação de conclusão.

08. A palavra “que” está empregada com função de conjunção em

- A) “Vale observar que esses valores estimados têm incertezas [...]”
- B) “No caso de algumas unidades que oferecem cursos a estudantes [...]”
- C) “[...] unidades específicas (prefeituras dos campi, Reitoria etc.), que foram distribuídas [...]”
- D) “[...] algumas unidades que oferecem cursos a estudantes de outras unidades [...]”

09. Analise o período abaixo.

No caso de algumas unidades que oferecem cursos **a[1]** estudantes de outras unidades em quantidade significativa, parte do orçamento foi atribuída **àquelas[2]** unidades que recebem os cursos.

Sobre as palavras em destaque, é correto afirmar:

- A) Em 1 não ocorre crase, uma vez que a transitividade do verbo “oferecer” é somente direta e o **a** antecede um substantivo empregado em sentido individualizador; em 2, ocorre crase, uma vez que a preposição exigida pela regência do verbo funde-se com o pronome demonstrativo.
- B) Em 1 não ocorre crase, uma vez que a transitividade do verbo “oferecer” é somente indireta e o **a** antecede um substantivo empregado em sentido generalizador; em 2, ocorre crase, uma vez que a preposição exigida pela regência do verbo funde-se com o pronome indefinido.
- C) Em 1 não ocorre crase, uma vez que, apesar da regência do verbo “oferecer”, o **a** antecede um substantivo empregado em sentido generalizador; em 2, ocorre crase, uma vez que a preposição exigida pela regência do verbo funde-se com o pronome demonstrativo.
- D) Em 1 não ocorre crase, uma vez que, apesar da regência do verbo “oferecer”, o **a** antecede um substantivo empregado em sentido individualizador; em 2, ocorre crase, uma vez que a preposição exigida pela regência do verbo funde-se com o pronome indefinido.

10. Leia o trecho abaixo.

Um dos “arqumentos” frequentemente usados para justificar as privatizações [...]

As aspas foram empregadas para

- A) assinalar palavra de uso conotativo.
- B) delimitar trecho de citação textual.
- C) desqualificar uma visão corrente.
- D) sinalizar palavra de uso popular.

11. Analise o período abaixo.

Além da questão meramente financeira, há muitos pontos positivos a favor do ensino público em comparação com o ensino privado.

É correto afirmar que esse período

- A) é simples, construído em torno de um verbo irregular e na forma impessoal.
- B) é simples, construído em torno de um verbo regular e na forma impessoal.
- C) é composto por duas orações, construídas em torno de verbos irregulares e pessoais.
- D) é composto por duas orações, construídas em torno de verbos regulares e pessoais.

12. Considere o trecho abaixo.

É possível analisar os custos por aluno dos vários cursos separando-os em três grupos [...]

De acordo com as orientações normativas da língua portuguesa, o uso do pronome oblíquo em vez de um pronome do caso reto, nesse trecho,

- A) é devido à transitividade do verbo “separar”, que exige um complemento indireto.
- B) é devido à transitividade do verbo “separar”, que exige um complemento direto.
- C) é opcional, uma vez que o pronome do caso reto, nessa posição, exerceria a mesma função sintática.
- D) é opcional, uma vez que, nesse caso, os pronomes oblíquos e retos não exercem função sintática.

13. Leia o período abaixo.

Um segundo aspecto diz respeito às despesas com pesquisa, feitas pela e na Universidade, que não devem ser incluídas como despesas com ensino uma vez que elas são, nas contas nacionais, incluídas nas despesas com ciência e tecnologia; incluí-las também como despesas com educação seria fazer uma dupla contabilidade.

Nesse período, o substantivo **despesas** é substituído por

- A) um pronome relativo que exerce função sintática de objeto direto, um pronome pessoal reto e um pronome pessoal oblíquo.
- B) um pronome relativo que exerce função sintática de adjunto adverbial, um pronome pessoal oblíquo e um pronome pessoal reto.
- C) um pronome relativo que exerce função sintática de objeto indireto, um pronome pessoal oblíquo e um pronome pessoal reto.
- D) um pronome relativo que exerce função sintática de sujeito, um pronome pessoal reto e um pronome pessoal oblíquo.

As questões 14 e 15 referem-se ao trecho reproduzido abaixo.

Como regra, embora possa haver exceções, o setor público oferece um atendimento aos estudantes melhor do que o oferecido pelo setor privado [...]

14. Sobre a locução verbal presente nesse trecho, considerando-se as orientações normativas da língua portuguesa, é correto afirmar:

- A) o verbo auxiliar está no singular porque é um verbo impessoal.
- B) é opcional, nessa situação, flexionar o verbo principal ou o auxiliar no plural.
- C) o verbo auxiliar está no singular devido à impessoalidade do verbo principal.
- D) é opcional, nessa situação, flexionar o verbo principal ou o auxiliar no singular.

15. O verbo auxiliar da locução verbal presente nesse trecho está no modo

- A) subjuntivo, e isso é motivado pela presença da palavra “embora”.
- B) imperativo, e isso é motivado pela presença da palavra “embora”.
- C) imperativo, e isso é motivado pelo verbo principal empregado.
- D) subjuntivo, e isso é motivado pelo verbo principal empregado.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÓGICA

16. Três amigas que trabalham em cargos diferentes na Prefeitura de Guimarães/RN participaram de uma corrida de rua. Dessa situação, sabe-se:

- I. Amanda correu mais que a enfermeira;
- II. Beatriz é fisioterapeuta;
- III. Carla não foi a mais lenta das três na corrida;
- IV. As três amigas ocupam, na prefeitura, os cargos de enfermeira, fisioterapeuta e psicóloga.

Se essas quatro afirmações são verdadeiras, deve-se concluir que

- A) Carla ocupa o cargo de psicóloga.
- B) Amanda foi mais lenta que Beatriz.
- C) Amanda foi a mais rápida entre as três.
- D) Carla foi a mais rápida das três amigas.

17. Dentre 45 servidores da prefeitura de Guimarães/RN, sabe-se que 11 moram em outros municípios, 13 mulheres moram em Guimarães/RN e 27 são homens. Diante dessas informações, deve-se concluir que

- A) 6 mulheres não moram em Guimarães/RN.
- B) 7 homens não moram em Guimarães/RN.
- C) 19 é o total de servidoras mulheres.
- D) 21 homens moram em Guimarães/RN.

18. Gerson vai fazer os concursos públicos de três cidades: Guaramé, Palheras e Unapema. Seu amigo Jaime, excelente estatístico, afirmou que a probabilidade de Gerson ser aprovado nesses concursos é de 35,0%, 55,0% e 40,0%, respectivamente. Considerando que os cálculos de Jaime estejam corretos, a probabilidade de Gerson não ser aprovado em nenhum dos concursos está entre

- A) 16,0% e 17,0%.
- B) 16,5% e 17,5%.
- C) 17,0% e 18,0%.
- D) 17,5% e 18,5%.

19. Sabe-se que existem concurseiros inteligentes e que existem concurseiros estudiosos. Considerando verdadeira a frase "Todos os inteligentes são estudiosos", é correto afirmar que

- A) quem não é inteligente é estudioso.
- B) existem inteligentes que não estudam.
- C) existem estudiosos que são inteligentes.
- D) alguns não estudiosos podem ser inteligentes.

20. Em um concurso público, os candidatos foram desafiados a calcular os anagramas da palavra GUAMARÉ. Desconsiderando acentos e identificando apenas aqueles anagramas que começam e terminam com consoantes, acertaram a questão os candidatos que assinalaram como resposta

- A) 360.
- B) 720.
- C) 1440.
- D) 2520.

21. A sequência de letras e números, a seguir, obedece a uma determinada regra de criação.

9X	49T	121P	?
----	-----	------	---

Sendo assim, o quarto elemento da sequência será

- A) 147K.
- B) 169M.
- C) 225L.
- D) 255J.

22. Ao realizar uma questão de lógica, Marta deparou-se com as seguintes afirmações:

- I. R e S são proposições simples;
- II. As proposições estão representadas na fórmula:

$$\neg R \wedge (\neg S \rightarrow R) \rightarrow \neg(R \wedge \neg S)$$

III. A tabela-verdade que representa a fórmula é:

R	S	$\neg R$	$\neg S$	$(\neg S \rightarrow R)$	$\neg R \wedge (\neg S \rightarrow R)$	$(R \wedge \neg S)$	$\neg(R \wedge \neg S)$	$\neg R \wedge (\neg S \rightarrow R) \rightarrow \neg(R \wedge \neg S)$
V	V	?	F	?	F	F	?	V
V	?	F	?	V	?	?	?	?
F	V	V	F	?	V	F	V	?
?	F	?	V	F	F	?	V	V

Considerando que todo V = 1 e todo F = 0, se Marta somar todos os valores na tabela-verdade representados por ?, encontrará como resultado

- A) 6.
- B) 7.
- C) 8.
- D) 9.

23. Se somarmos todos os servidores que ocupam o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (ASG) de três secretarias de Guimarães/RN e dividirmos em grupos de 3 ou de 5 ou de 7 pessoas, sempre restarão 4 ASGs. Com o concurso público que está em andamento no município, a prefeitura planeja que o total de ASGs, somada as três secretarias, chegue a 150. Isso ocorrerá, se e somente se, forem contratados um número de novos ASGs igual a

- A) 38.
- B) 41.
- C) 45.
- D) 52.

24. Rafa foi até o Mercadinho Guama-box e levou sua bolsa de moedas para pagar as compras. O quadro abaixo apresenta a quantidade de moedas que ela tinha dentro da bolsa.

VALOR DA MOEDA (R\$)	QUANTIDADE DE MOEDAS
0,05	10
0,10	15
0,25	15
0,50	9
1,00	8

O valor total da compra deu R\$ 15,30 e Rafa decidiu pagar com a menor quantidade de moedas possível. Nesse caso, a quantidade de moedas utilizada por ela para pagar a compra foi

- A) 28.
- B) 29.
- C) 30.
- D) 31.

25. Se Nita é paulista, então Neto não é potiguar. Ou Neto é potiguar, ou José é paraibano. Se Maria não é cearense, Nita é paulista. Ora, nem José é paraibano e nem Assis é carioca. Logo,

- A) Nita é paulista e Maria é cearense.
- B) Se Neto é potiguar, Nita é paulista.
- C) José é paraibano ou Nita é paulista.
- D) Maria é cearense e Neto é potiguar.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. As transformações societárias das últimas décadas, tais como a globalização, as novas relações entre Estado e mercado, o avanço tecnológico e informacional, têm modificado fortemente as características do mundo do trabalho. O Serviço Social, enquanto profissão inserida nesse contexto, tal como as demais profissões, sofre com as consequências dessas novas formatações do mundo do trabalho. Entre essas consequências da realidade do mundo do trabalho atual, vivenciadas na prática profissional do Serviço Social, estão
- A) intensificação do ritmo do trabalho, baixos salários e vínculos flexíveis, instáveis e sem direitos trabalhistas e previdenciários.
 - B) acúmulo de tarefas, baixos salários, ampliação dos direitos trabalhistas e aumento das oportunidades de qualificação e autonomia profissional.
 - C) desenvolvimento de condições para realização de pesquisas, vínculos de trabalho temporários e intensificação do ritmo do trabalho.
 - D) péssimas condições de trabalho, intensificação do ritmo do trabalho e ampliação das oportunidades de organização da classe.
27. A trajetória histórico-metodológica do Serviço Social está relacionada ao contexto das relações sociais de produção e reprodução da sociedade capitalista, em sua fase monopolista, e suas decorrentes contradições. A partir da década de 60, a profissão começa a construir uma tentativa de mudança de percurso nessa relação com o capitalismo monopolista e com a questão social. Essa mudança buscada pelos profissionais do Serviço Social se constituiu em
- A) diminuir as ações individuais e aumentar as ações e os atendimentos coletivos.
 - B) deixar de ser uma profissão atrelada ao Estado e passar a ser uma atividade liberal.
 - C) vencer o capitalismo e passar a fortalecer as ações de controle da classe trabalhadora.
 - D) romper com o conservadorismo e passar a atender as necessidades da classe trabalhadora.
28. O mundo de trabalho contemporâneo é configurado pelas transformações vivenciadas nas últimas décadas, entre elas o desenvolvimento da tecnologia e da informação, os transportes e os meios de comunicação e a globalização dos sistemas de produção e transações financeiras. Essas transformações vivenciadas no mundo trabalho resultaram em
- A) robotização do trabalho, aumento do desemprego maciço e melhorias nas condições de trabalho.
 - B) terceirização, robotização do trabalho, aumento do desemprego maciço e retrocesso dos direitos trabalhistas.
 - C) retrocesso dos direitos trabalhistas; redução das jornadas de trabalho e avanços na segurança do trabalho.
 - D) terceirização, definições bem delimitadas das áreas de atuação profissional e maior organização sindical.
29. O Código de Ética Profissional do assistente social de 1993 estabelece algumas atitudes que são vedadas a esse profissional. Entre essas atitudes está
- A) pleitear para si ou para outrem emprego, cargo ou função que estejam sendo exercidos por colega.
 - B) integrar equipes multiprofissionais, bem como incentivar e estimular o trabalho interdisciplinar.
 - C) exigir condições éticas, físicas e técnicas adequadas ao exercício profissional.
 - D) abster-se, no exercício da profissão, de práticas que caracterizem a censura, e cerceamento da liberdade.

30. O ajuste do Brasil à nova ordem do capital, especificamente na década de 90 / anos 2000, se expressa no cumprimento às diretrizes do chamado Consenso de Washington e no seguimento das prescrições do FMI e do Banco Mundial. Com isso, tem-se o agravamento das expressões da questão social e o conseqüentemente aumento da exclusão social. Nesse contexto, a atuação do Estado brasileiro, por meio das políticas sociais, assume um posicionamento paradoxal. Isso fica notório na característica de um Estado
- A) forte nos aspectos sociais e , tentando dar conta dos desafios econômicos e sociais.
 - B) ausente para o social e o econômico, não participando das prerrogativas do ideário neoliberal.
 - C) ampliado para o social na tentativa de enfrentar o nível de exclusão social que a sociedade de mercado provoca.
 - D) mínimo para o social e implementador de políticas públicas seletivas e excludentes que não dão conta da exclusão provocada pelo mercado.
31. A instrumentalidade no exercício profissional do assistente social é considerada como uma propriedade ou um determinado modo de ser que a profissão adquire no interior das relações sociais e no confronto entre as condições objetivas e subjetivas do exercício profissional. Já os instrumentos técnico-operativos são um conjunto de procedimentos técnicos necessários à realização das ações profissionais. Nesse sentido é correto, afirmar que
- A) a instrumentalidade vai além dos instrumentos técnico-operativos.
 - B) os instrumentos técnico-operativos vão além da instrumentalidade.
 - C) a instrumentalidade e os instrumentos técnico-operativos são a mesma coisa.
 - D) os instrumentos técnico-operativos trazem os resultados por si mesmos, independentemente da postura de quem os utiliza.
32. Conforme preconiza a RESOLUÇÃO CFESS nº 557/2009, de 15 de setembro de 2009, no Art. 3º, o assistente social deve, sempre que possível, integrar equipes multiprofissionais, bem como incentivar e estimular o trabalho interdisciplinar. No entanto, a referida Resolução estabelece alguns critérios que esse profissional deve observar na atuação multiprofissional. Entre esses está(ão)
- A) evitar destacar sua área de conhecimento em opiniões técnicas sobre a intervenção conjunta com outras categorias profissionais.
 - B) realizar a avaliação, a discussão e a conclusão da situação de forma multiprofissional, sem precisar manifestar seu âmbito de intervenção e suas atribuições privativas.
 - C) respeitar as normas e limites legais, técnicos e normativos das outras profissões e garantir a especificidade de área de atuação do Serviço Social.
 - D) emitir opinião técnica não apenas sobre o que é de sua área de atuação e de sua atribuição legal, para qual está habilitado e autorizado a exercer.
33. A lei de regulamentação da profissão de assistente social, Lei nº 8.662/93, passou por modificação, que foi a inclusão do Artigo 5º, por meio da aprovação da Lei nº12.317 de 2010. Essa modificação se refere à(s)
- A) prerrogativas sobre o trabalho multiprofissional.
 - B) obrigatoriedade de concurso público para assistente social.
 - C) condições de trabalho adequadas nos locais de trabalho.
 - D) duração do trabalho do assistente social, que diminuí para 30 (trinta) horas semanais.

- 34.** A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei 8.742/93 (com as alterações pela lei nº 12.435, de 2011), em seu artigo 6º, da seção que trata sobre a organização e a gestão, estabelece que a gestão das ações da assistência social será organizada pelo Sistema Único de Assistência Social, que tem, entre os seus objetivos,
- A) respeitar a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; a universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; a divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais.
 - B) cofinanciar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito nacional; atender, em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, às ações assistenciais de caráter de emergência; e realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social.
 - C) consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos; integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social; e estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social.
 - D) identificar os fatores condicionantes e determinantes da saúde e a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.
- 35.** De acordo com a Norma Operacional Básica da Assistência Social / Sistema Único de Assistência Social - (NOB/SUAS 2012), os Estados, o Distrito Federal e os Municípios se agrupam em níveis de gestão. Estes são dinâmicos, pois as mudanças ocorrem automaticamente à medida que o ente federativo demonstrar o alcance de estágio mais avançado ou o retrocesso a estágio anterior de organização do SUAS. Esses níveis de gestão do SUAS são definidos a partir
- A) da quantidade da população do ente federativo.
 - B) do índice de população ocupada do ente federativo.
 - C) da renda per capita da maioria da população do ente federativo.
 - D) do Índice de Desenvolvimento do SUAS (ID SUAS) do ente federativo.
- 36.** O documento elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, denominado de Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, afirma que, pela sua formação e experiência, os assistentes sociais têm uma função estratégica na análise crítica da realidade, no sentido de
- A) fomentar o debate sobre o reconhecimento e a defesa do papel da assistência social e das políticas sociais na garantia dos direitos e melhoria das condições de vida.
 - B) reforçar a perspectiva de que o enfrentamento das desigualdades estruturais pode se dar pela via da resolução de problemas individualizados e que desconsiderem as determinações objetivas mais gerais da sociabilidade.
 - C) definir claramente o que e quais são as ações ou serviços socioassistenciais que possuem o caráter de básico e de especial, pois esse é um requisito imprescindível para a estruturação do trabalho dos profissionais que atuam nessa política social.
 - D) ter clareza das funções e possibilidades das políticas sociais que integram a Seguridade Social, de modo a atribuir à Assistência Social a intenção e o objetivo de responder a todas as situações de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social.

37. De acordo com a Resolução nº 493 de 21/08/2006, do Conselho Federal de Serviço Social-CFESS, que trata sobre a condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social, a(s) medida(s) a ser(em) tomada(s) pelo profissional, quando as condições adequadas não estiverem sendo cumpridas, é (são)
- A) articular –se com os outros profissionais de outras áreas para terem um espaço único para todos, onde haja melhores condições de trabalho e/ ou se adequar à realidade das condições objetivas da entidade, instituição ou órgão no qual trabalha ou presta serviços.
 - B) informar por escrito à entidade, instituição ou órgão que trabalha ou presta serviços, acerca das inadequações constatadas; não conseguindo solução por parte da entidade, instituição ou órgão, deverá informar ao CRESS do âmbito de sua jurisdição, por escrito, para intervir na situação.
 - C) denunciar ao Ministério Público e ao Conselho Federal de Serviço Social CFESS acerca das inadequações constatadas, inviabilizadoras das condições éticas e técnicas do exercício profissional.
 - D) divulgar as inadequações constadas no local de trabalho e mobilizar a população para reivindicar as devidas condições éticas e técnicas do exercício profissional.
38. O Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) e sua atualização dada pela Lei nº 14.423, de 2022) preconiza o direito de prioridade especial entre as pessoas idosas, ou seja, prioridade da prioridade, a um grupo específico. Esse grupo, que tem o direito de ter suas necessidades atendidas sempre preferencialmente em relação às demais pessoas idosas, são os maiores de
- A) 65 anos.
 - B) 75 anos.
 - C) 80 anos.
 - D) 90 anos.
39. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146 / 2015 com as alterações pela Lei nº 14.624/2023), em seu CAPÍTULO IV, que trata do Direito à Educação, reza que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Nesse sentido, estabelece que incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar
- A) a reserva de, no mínimo, 3% (três por cento) das unidades habitacionais para pessoa com deficiência.
 - B) as pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva.
 - C) a oferta de aconselhamento e de apoio aos empregadores, com vistas à definição de estratégias de inclusão e de superação de barreiras, inclusive atitudinais.
 - D) a outorga ou a renovação de concessão, permissão, autorização ou habilitação de qualquer natureza.
40. Segundo o Estatuto da Criança e do adolescente, em seu Art. 4º, é um dever assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Esse dever é atribuído
- A) à família, à Igreja, aos conselhos e à sociedade em geral.
 - B) à comunidade, ao poder público e à sociedade em geral.
 - C) à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao poder público.
 - D) à família, aos conselhos e à Justiça da Infância e da Juventude.

41. A Política Nacional de Assistência Social – PNAS estabelece algumas diretrizes para a estruturação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS. Esse sistema define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, a qualidade no atendimento, os indicadores de avaliação e resultado, a nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas. A PNAS coloca entre os eixos estruturantes do SUAS
- A) as novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil.
 - B) a liberdade como valor ético central, a igualdade, a solidariedade e a democracia.
 - C) as medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade.
 - D) a liberdade como valor ético central, a autonomia, a emancipação e a expansão dos indivíduos sociais.
42. A Política Nacional de Assistência Social – PNAS traz uma análise sobre o desafio da participação dos usuários dessa Política. Nessa análise, aponta alguns fatores que contribuem para as dificuldades existentes para o avanço da participação. Entre os fatores, expressos na PNAS, que configuram o desafio da participação dos usuários da assistência social, está a
- A) falta de interesse da população em participar das decisões.
 - B) natureza da assistência social, que só em 1988 foi elevada à categoria de política pública.
 - C) diminuição dos investimentos nas políticas sociais, entre elas a assistência social.
 - D) melhoria das condições de vida da população, fazendo com que as pessoas não se preocupem com a assistência social.
43. O Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, foi atualizado, em 2022, pela lei nº 14.423. Entre as atualizações que foram implementadas está
- A) a substituição da expressão “Estatuto do Idoso” por “Estatuto da Pessoa Idosa”.
 - B) o aumento da idade das pessoas que são contempladas por esse Estatuto.
 - C) o desconto de, no mínimo, 50% em atividades culturais e de lazer.
 - D) a preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas.
44. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 1990, nos últimos anos, passou por diversos aprimoramentos. Entre as Leis que foram criadas para aprimoramento do ECA estão: Lei da Primeira Infância (Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016); Lei Menino Bernardo (Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014); e a Lei que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo- SINASE (Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012). Além dessas, outras legislações fazem parte desse processo de avanço do ECA, entre elas
- A) Lei da Escuta Especializada.
 - B) Lei do Acesso à Informação.
 - C) Decreto do Auxílio de Avaliação Educacional.
 - D) Lei de Proteção de Crianças e Adolescentes em ambientes digitais e virtuais.

45. A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde (NOB/SUS), publicada em 1996 pelo Ministério da Saúde do Brasil, é um instrumento de regulação que promoveu um avanço no processo de descentralização da saúde, regulando a gestão para os municípios e estados. A NOB/SUS/96 é resultado de um amplo e participativo processo de discussão dos profissionais da saúde e da sociedade em geral e trouxe um diferencial em relação às NOB's anteriores. Esse diferencial se refere à(ao)
- A) habilitação dos municípios segundo o tipo de gerência implantado: incipiente, parcial e semiplena.
 - B) priorização do financiamento da assistência médica curativa (atividades hospitalares e ambulatoriais).
 - C) conjunto das ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, pois anteriormente o foco era a assistência.
 - D) modelo de financiamento que passa a ser por pagamento pela produção de serviços realizados por prestadores públicos e privados.
46. Dentre os aspectos estabelecidos para os direitos da pessoa idosa, no que se refere à assistência social, está a regulação sobre as instituições de longa permanência (filantrópica) e a exigência de participação da pessoa idosa no custeio da entidade. Essa participação deverá obedecer ao seguinte critério:
- A) não poderá exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pela pessoa idosa.
 - B) não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pela pessoa idosa.
 - C) deverá ser no teto de 70% (setenta por cento), exceto em situações em que o estado de saúde da pessoa idosa gere dependência.
 - D) deverá ser no teto de 50% (setenta por cento), exceto em situações em que o estado de saúde da pessoa idosa gere dependência.
47. O Código de Ética do Assistente Social, de 1993, preconiza, como um dos princípios fundamentais da profissão,
- A) participação na elaboração e no gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais.
 - B) desempenho de suas atividades profissionais com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor.
 - C) devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-las para o fortalecimento dos seus interesses.
 - D) posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e às políticas sociais, bem como sua gestão democrática.
48. O trabalho em equipe multiprofissional é algo previsto e estimulado nos documentos que regem a profissão do assistente social. Sobre isso, o Código de Ética de 1993 já colocava a regulação das relações desses profissionais com outros profissionais. No capítulo que trata sobre as relações com assistentes sociais e outros profissionais, está previsto que um dos deveres do assistente social é
- A) em hipótese alguma realizar crítica pública a colegas e outros profissionais.
 - B) denunciar ao Conselho Regional as instituições públicas ou privadas, onde as condições de trabalho não sejam dignas.
 - C) ao realizar crítica pública a colegas e outros profissionais, fazê-lo sempre de maneira objetiva, construtiva e comprovável, assumindo sua inteira responsabilidade.
 - D) ser conivente com falhas éticas e com erros técnicos praticados por assistente social e qualquer outro/a profissional.

- 49.** De acordo com a Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão do assistente social, é competência dos Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS, na qualidade de órgão executivo e de primeira instância, o exercício de atribuições, tais como
- A) aprovar o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, juntamente com os CRESS.
 - B) estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados.
 - C) treinar, avaliar e supervisionar estagiários de Serviço Social.
 - D) zelar pela observância do Código de Ética Profissional, funcionando como Tribunais Regionais de Ética Profissional.
- 50.** O Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei no 13.146 / 2015, teve uma atualização através da Lei 14.624, de julho de 2023, que instituiu
- A) Benefício de Prestação Continuada – BPC, dando o direito à pessoa com deficiência de receber um salário-mínimo.
 - B) uso do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas.
 - C) atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
 - D) acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis.